

# O URBANO PAULISTA E BOTUCATUENSE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Liliana Bueno dos Reis GARCIA<sup>1</sup>

- RESUMO: O objetivo deste trabalho é abordar o papel desempenhado pela agricultura cafeeira na constituição do urbano na cidade de São Paulo e Botucatu, do final do século XIX aos anos 30, dando destaque para suas peculiaridades e diversidades.
- UNITERMOS: Agricultura cafeeira; industrialização; urbanização.

## Introdução

O estudo do urbano é bastante complexo, dada a diversidade de ângulos de análise pelo qual ele pode ser tomado.

Várias são as correntes de interpretação do urbano. Antes de entrarmos nas considerações sobre a formação do urbano paulista, analisaremos a forma como Francisco Oliveira e Wilmar Faria vêm o estudo do urbano, sobretudo no período compreendido entre 1870 e 1930, que constitui o momento abordado por este texto.

Tomaremos primeiramente a interpretação de Francisco Oliveira.

Ele destaca para esse período a importância do urbano como o espaço onde as relações com o Estado vão se dar. Essas relações são de ordem burocrática, pois é na cidade que se concentram todos os aparelhos de Estado, isto é: em primeiro lugar os aparelhos do Estado colonial português e, posteriormente, os do Estado brasileiro.

Além de enfatizar o lado burocrático das cidades, Oliveira considera um outro aspecto mais importante, a cidade como a sede do capital comercial e o centro de ligação dessa produção agroexportadora com a circulação internacional de mercadorias. É esse caráter de sede do capital comercial que responde, na maioria dos casos, pelo caráter que a urbanização toma, por exemplo no Brasil Colônia, e depois, já com

---

1. Departamento de Planejamento Regional - IGCE - UNESP - 13506-900 - Câmpus de Rio Claro -SP.

o país independente, no prosseguimento da expansão da agricultura de exportação, sob a égide do café, até o final dos anos 20 (Oliveira, 1982, p. 37).

Visto dessa forma, o urbano no Brasil existe antes do processo de industrialização. O que a industrialização faz é apenas redefinir o urbano, porque "ele passa a ser a sede não só dos aparelhos burocráticos do Estado quanto do capital comercial, passando a ser também a sede do novo aparelho produtivo que é a indústria" (Oliveira, 1982, p. 38).

Portanto, o período proposto para análise engloba o urbano que surge com a economia agroexportadora cafeeira e o urbano que se redefine com a intensificação do processo de industrialização.

O século XIX assiste à permanência, à reiteração e à reprodução de um padrão urbano já existente, embora embrionariamente, desde a Colônia. Esse padrão caracteriza-se por uma rede pobre, com poucas cidades polarizando as funções de capital comercial e de intermediação entre a produção nacional e os mercados internacionais. A pobreza dessa rede urbana é, em parte, determinada pelo próprio caráter autárquico das produções para a exportação (Oliveira, 1982, p. 40).

No entanto, essa situação muda no final do século XIX, sobretudo com a abolição do trabalho escravo e a integração, na vida social e econômica das cidades, de uma leva de imigrantes, que estimulam o crescimento do mercado, geram a economia monetária, integram o exército ativo de força de trabalho para a indústria e, assim, criam os elementos do exército industrial de reserva.

Esse caráter presente desde a fundação da economia brasileira, em que o trabalho não dava lugar, por definição, a nenhuma formação de mercado de trabalho, é ele mesmo constitutivo do fato dessa pobreza da urbanização no país, de um lado, e da polarização em torno de poucas cidades de outro. É outro elemento que não nos deve escapar para percebermos como é que uma economia, que tendo se especializado em agriculturas de exportação e tendo chegado, como chegou a economia brasileira, ao auge do ciclo do café, teve o seu produto principal de exportação com o primeiro produto da circulação internacional de mercadorias. (Oliveira, 1982, p. 40-41)

Com a industrialização, as cidades tornam-se, além do centro burocrático, o centro do aparelho produtivo e constituem-se em cidades autárquicas, isto é, a industrialização impõe um padrão de acumulação que gera um tipo específico de urbanização, o qual, de certo modo, desenvolve-se num ritmo muito mais acelerado do que o próprio ritmo da industrialização.

Dessa forma, o processo de industrialização no Brasil, já no final do século XIX, faz-se autenticamente urbano, e se intensifica ainda mais durante o século XX, trajetória que este texto propõe resgatar.

Francisco Oliveira dá também, para o estudo do urbano, uma conotação cronológica das fases do processo de urbanização. São três fases distintas, porém integradas entre si.

*1ª Fase* - abrange a economia colonial agroexportadora até fins da década de 20, que é marcada pela influência da economia cafeeira. Essa é a fase que este texto resgata.

*2ª Fase* - de 1930 a 1950, marcada pelo processo de industrialização e a conseqüente redefinição do urbano. Nessa fase é marcante a intervenção do Estado, que busca regular as relações capital-trabalho. Esse é, para Francisco Oliveira, o aspecto mais crucial da relação entre o Estado e o urbano no Brasil, nesse período.

*3ª Fase* - dos anos 50 em diante. Aqui se inicia uma fase que é qualitativamente distinta na economia brasileira, quando o caráter do Estado e o que é a relação entre o Estado e o urbano na economia e na sociedade brasileira constituem temas abertos, para os quais não se têm ainda respostas muito consistentes. (Oliveira, 1982, p. 47).

Esse é o período de instalação do capitalismo monopolista, da contradição entre a industrialização da periferia do mundo capitalista, de redefinição da divisão internacional do trabalho, da expansão das empresas internacionais etc, que vem repercutir sobremaneira sobre o urbano e sobre a estrutura de classes do urbano, que nesse momento sofre as conseqüências de um intenso processo de terciarização.

São, portanto, fases de mudanças importantes e que precisam ser resgatadas para o entendimento da forma como se constitui o urbano no Brasil. No entanto, dada a complexidade e a abrangência que o estudo desses problemas gera, deteremo-nos aqui à análise de parte de um período que compõe a chamada primeira fase de urbanização, mais precisamente, o momento de ascensão, emergência e declínio da economia cafeeira.

Quanto à interpretação do estudo do urbano, dada por Wilmar Faria, podemos destacar sua preocupação com a análise da divisão social do trabalho, assim como com situações urbanas concretas, e a riqueza de material para análise que elas contêm. É em função dessa preocupação que nos propomos a abordar neste texto um estudo de caso específico, procurando em função dos dados obtidos analisar uma situação concreta dada, qual seja, o desenvolvimento urbano de Botucatu.

Portanto, além de nos preocuparmos com as transformações do sistema urbano paulista, preocupamo-nos também com uma área urbana em particular, o que vai nos permitir determinar o lugar e a função exercida pela cidade de Botucatu, em nível regional e estadual.

Wilmar Faria afirma que é importante destacar o impacto urbanizador do complexo cafeeiro, particularmente no que diz respeito ao estabelecimento das bases sobre as quais irá se estruturar a rede urbana do Centro-Sul. Alguns aspectos importantes do complexo cafeeiro, já bastante analisados no nível do funcionamento global desse complexo econômico (extensão do trabalho livre, constante avanço da "frente pioneira", implantação de linhas de transporte, adensamento do mercado etc), precisam ser recuperados e sistematizados para proporcionar elementos explicativos do processo de urbanização do Centro-Sul. A ênfase, contudo, deve voltar-se para o exame do surgimento de núcleos urbanos em toda a região sob a influência do

complexo cafeeiro, posto que seu impacto na estruturação da macrorregião metropolitana de São Paulo já é bastante conhecido (Faria, s.d., p. 13).

Dessa forma, para que se possa examinar o processo de urbanização de São Paulo, Wilmar Faria propõe a distinção de seis períodos. Esses levam em conta não apenas as transformações internas do padrão de acumulação e de divisão social do trabalho como, também, as repercussões das mudanças no padrão de acumulação e na divisão internacional do trabalho social, no interior das quais se insere a economia brasileira (Faria, s.d., p. 19).

São os seguintes os períodos:

- a) o período anterior a 1840;
- b) o período de 1840 a 1885;
- c) o período de 1886 a 1930;
- d) o período de 1930 a 1955;
- e) o período de 1956 a 1967;
- f) o período de 1967 até o presente.

Nosso interesse está sobremaneira centrado nos períodos de 1840 a 1885 e de 1886 a 1930. Este é um período marcado pelo desenvolvimento do café e demais atividades comerciais, financeiras, imobiliárias e mesmo industriais, que vão disseminar núcleos urbanos de porte variável e que irão constituir a base paulista do núcleo central do sistema urbano brasileiro.

Em função dessas propostas, passaremos à análise de formação do urbano paulista e do urbano botucatuense.

## **O desenvolvimento urbano paulista**

Nos três primeiros séculos de sua existência, nem condições geográficas, nem condições históricas e econômicas contribuíram para o crescimento da cidade de São Paulo. Dessa forma, na primeira metade do século XIX, a capital paulista pouco diferia da vila e da cidade dos tempos coloniais.

Somente na segunda metade do século XIX é que São Paulo começa a sofrer profundas transformações, por meio das quais começa a se delinear a grande cidade de nossos dias.

Se até 1870 continuou a ser uma "cidade acadêmica" ou um "burgo de estudantes", gravitando sua vida em torno da Faculdade de Direito, a partir daquela data a capital paulista como que rompeu as barreiras que a cingiam à colônia histórica, pôs-se a expandir-se de maneira sempre crescente e imprevisível, viu alterar-se seu ritmo de vida, passou a conhecer funções novas, modernizou-se, num caminho rápido e seguro para o espetacular crescimento registrado no século atual. (Matos, 1958, p. 66)

O desenvolvimento observado a partir de 1880 tem como causa fundamental a expansão da cafeicultura. Esse período torna-se um marco na evolução da capital paulista. O café é direta e indiretamente o grande responsável por essas mudanças. São Paulo deixa de exercer apenas as funções políticas e culturais que exercia até então, para tornar-se um centro econômico de grande peso no processo de desenvolvimento brasileiro.

Portanto, na última década do século XIX, delineia-se de maneira nítida a função econômica da cidade de São Paulo, função que será dividida entre a agricultura cafeeira e a industrialização.

O café vai exercer o seu impacto sobre a capital a partir do momento em que o cultivo passa a se localizar em zonas direta e exclusivamente tributárias do sistema São Paulo-Santos.

O processo de urbanização intensifica-se. A partir deste momento, a cidade passa a exercer a função de entreposto comercial do café. Criam-se laços bastante estreitos entre o desenvolvimento bancário e o café, estabelecendo-se desse modo, em São Paulo, um mercado de capitais.

Outro fator que vem influir no seu desenvolvimento urbano é o fato de que numerosos fazendeiros passam a fixar residência na capital. A vinda dos fazendeiros para a cidade contribui para o aumento demográfico da mesma. Surgem novos bairros residenciais. Chácaras são loteadas e novas áreas urbanizadas passam a integrar a paisagem paulistana.

Essa nova população paulistana formada por fazendeiros e suas famílias passa a gastar na capital uma parte das rendas vindas do comércio do café. Com isso, assistimos ao crescimento do setor de serviços, do artesanato, do comércio varejista e, já, de alguns ramos da indústria.

Desta forma,

constituem-se em São Paulo os principais mercados de fatores - o de capitais e o de trabalho - que desempenharão papel crucial para o desenvolvimento industrial da cidade. Ambos devem-se ao café. Graças a ele uma parcela cada vez maior do produto social toma a forma monetária, isto é, a forma indispensável para que o seu excedente, o mais-produto, se possa transformar em capital. É também graças a ele que quantidades consideráveis de trabalhadores livres são atraídos para São Paulo, prontos para oferecer sua força de trabalho a quem melhor a remunerere. (Singer, 1977, p. 37)

Outra contribuição do café foi a introdução e a intensificação de uma extensa rede ferroviária que vem colocar a capital em íntima conexão com um número maior de núcleos urbanos do interior paulista.

Outro aspecto também importante diz respeito ao aumento da receita paulista, que vai permitir dotar a capital de numerosos serviços públicos, como por exemplo a iluminação pública por lâmpadas a gás em vez de querosene, o serviço telefônico, serviços de águas e esgotos, o calçamento de ruas, o alargamento de vias públicas facilitando a circulação, o serviço de bondes e, mais tarde, a energia elétrica, que vem ser de extrema importância para a intensificação do processo de industrialização.

Segundo Singer, "o café ocasionou uma segunda fundação da cidade, principalmente se compararmos o modesto burgo colonial de 1860, vivendo em grande parte de sua própria produção de subsistência, com a pujante cidade comercial do fim do século" (Singer, 1977, p. 39).

Dados sobre a população da cidade de São Paulo refletem a sua expansão:

DISTRITOS	1886	1890	1893
Sé	12.821	16.395	29.518
Santa Efigênia	11.909	14.025	42.715
Consolação	8.269	13.337	21.311
Brás	5.998	16.807	32.387
Penha	2.283	2.209	1.128
N. S. do Ó	2.750	2.161	2.350
São Paulo	44.030	64.934	192.409

Fonte: Richard M. Morse, *Formação Histórica de São Paulo*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, p. 238.

A imigração estrangeira vai ser a principal responsável pelo aumento populacional, assim como a fonte das novas ocupações comerciais e técnicas.

Em 1890

os gêneros alimentícios eram em geral vendidos por portugueses e brasileiros, e os tecidos por brasileiros, alemães, franceses e italianos. Eram ainda os italianos os principais vendedores a varejo de sapatos, funilaria e ferragens. Os padeiros, confeitheiros e curtidores eram franceses ou alemães. As metalúrgicas pertenciam na sua maioria a ingleses e americanos, seguindo-se em importância brasileiros e alemães. Portugueses e brasileiros faziam os serviços mais grosseiros de carpintaria, sendo os marceneiros mais capacitados também brasileiros, ou então franceses e alemães. (Morse, 1970, p. 34-5)

A paisagem urbana paulistana, apesar das grandes modificações sofridas, não apresenta ainda, no final do século XIX, um aspecto de grande cidade. Ao lado dos palacetes dos grandes plantadores de café, ainda se notam os casebres baixos e humildes, casas construídas de taipa, ruas de chão de terra, que de certa forma contrastam com os aspectos mais modernos e urbanizados da cidade.

A intensificação do processo de urbanização vai ocorrer a partir do final da década de 1890, quando começa a expandir-se em todas as direções, a partir de sua colina central. A este, a baixada do Brás, com sua Estação do Norte e a Hospedaria do Imigrante, rapidamente se transformava em bairro de pequeno comércio e reduto do operariado. A Estação da Luz, ao norte, era outro centro da atividade, com os terrenos aí também ocupados pelas classes mais pobres. O sul e o sudeste não contavam com o estímulo de uma linha férrea e sua estação terminal e apenas começavam a sentir a pressão pelo espaço residencial. Mas, a noroeste, a zona de

chácaras subdivididas de Santa Efigênia e Campos Eliseos claramente denunciava então a cultura e os interesses urbanos da elite em ascensão - tal como a praça da República, antigo largo dos Curros (Morse, 1970, p. 355).

A partir de então, torna-se muito difícil caracterizar o padrão de crescimento da cidade. Sua expansão vai se dar com muita rapidez através da atuação de transações particulares e companhias de loteamento, sempre objetivando fins lucrativos, sem observância a qualquer plano regulador e controlador de zoneamento.

A ampliação da área urbana processa-se pelo retalhamento das chácaras próximas, embora, conforme dito acima, sem obedecer a um plano diretivo. Assim, de forma irregular e não planejada, a cidade de São Paulo cresce, ao mesmo tempo que novos bairros passam a integrar a vida urbana. Inicia-se assim um processo de diversificação de funções e o aparecimento, ao lado da área central, de bairros operários e bairros residenciais finos.

Os primeiros bairros operários localizavam-se nas terras baixas vizinhas ao Tamanduateí, ao pé da colina central, instalando-se próximo às estações ferroviárias e ao longo das vias férreas. Foi assim que, pouco a pouco, desenvolveram-se os bairros do Brás, da Luz e do Bom Retiro ... Já os primeiros bairros residenciais finos se instalaram nos topos aplainados das colinas situadas para além do Anhangabaú, no rumo geral de oeste, onde foram abertas ruas largas e construíram-se elegantes palacetes, sobretudo nos Campos Eliseos, o local preferido para residência da nova aristocracia do café ... Em ritmo menos acelerado e com mais modestas pretensões, outros bairros residenciais também apareceram, seguindo quase sempre as vias de comunicação que punham São Paulo em contato com o litoral ou o interior. (Matos, 1958, p. 89-91)

Porém, o surto industrial que acompanha o processo de desenvolvimento da lavoura cafeeira vem transformar a "metrópole do café" na dinâmica e movimentada "metrópole industrial" do século XX.

Uma série de fatores, além dos já citados, conjugam-se, para ocasionar o desenvolvimento e o fortalecimento do parque industrial paulista: a facilidade de obtenção de energia elétrica; a existência de um mercado consumidor interno; o afluxo de capitais tanto estrangeiros como nacionais; a facilidade de mão-de-obra operária; a existência de um mercado fornecedor de matérias-primas; e a rede de transporte, que tem como seu ponto de partida a cidade de São Paulo.

Dessa forma, coube à indústria paulistana o papel de influir poderosamente sobre a área da cidade, sua população e também sobre a própria paisagem urbana.

Um outro fator importante, que deve ser destacado e que contribuiu para o desenvolvimento não só urbano como também industrial de São Paulo, na década de 1890, foi a descentralização política advinda da Proclamação da República e consolidada pela Constituição de 1891. Esta atribui aos estados uma maior autonomia política e administrativa, que vai refletir sobremaneira na aceleração do processo de desenvolvimento de São Paulo.

Além desses fatores, outros também concorreram para o crescimento da cidade de São Paulo. Entre eles, podemos destacar o incessante desenvolvimento econômico

do Estado, o conseqüente desenvolvimento da função comercial e também a condição político-administrativa da cidade, por ser a capital do Estado.

Com a intensificação da industrialização, o desenvolvimento econômico de São Paulo se confunde com o de sua própria indústria e com ele modifica e transforma toda a paisagem urbana.

A influência da agricultura cafeeira sobre a urbanização e industrialização não vai ser sentida apenas na capital. Seus efeitos também vão proporcionar uma nova estruturação e diferenciação no nível do Estado de São Paulo como um todo, definindo regiões e organizando uma primeira hierarquia no sistema de cidades do Estado. Já na década de 20, o papel da cidade de São Paulo vai estar definido, concentrando grande parte da produção industrial, e também, por estar no caminho de ligação com o porto de Santos, e na confluência da malha ferroviária, a cidade vai estender sua área de influência ao interior, redefinindo os papéis dos demais centros urbanos (Negri, 1988, p. 7).

Até 1930, a rede urbana paulista vai se desenvolver graças à expansão agrícola cafeeira. Suas bases vão estar portanto assentadas em atividades que se articulam com o complexo cafeeiro, incluindo nesse contexto tanto a indústria como a agricultura mercantil.

Nas regiões do Estado de ocupação mais antiga, o desenvolvimento da cafeicultura fez adensar a rede urbana, dando-lhe densidade maior, ao mesmo tempo em que veio fortalecer o papel de centralidade dos centros urbanos preexistentes, originários da acumulação cafeeira. Já nas zonas novas, recém-desbravadas, colaborou na própria estruturação da rede urbana, que se seguia à implantação dos eixos ferroviários que estavam desbravando o oeste nesse momento. O desenho dessa rede foi definido pelos eixos viários que acompanhavam a topografia da região, e o papel de centralidade conquistado por algumas cidades nessas regiões baseou-se em razões historicamente novas, na junção entre as atividades urbanas necessárias à acumulação cafeeira e as atividades de suporte à agricultura comercial diversificada. (Negri, 1988, p. 16)

As atividades urbanas que caracterizam o novo interior do Estado nesse momento vão estar ligadas às atividades de beneficiamento e transformação de produtos agrícolas (algodão, açúcar, grãos em geral), uma pequena indústria alimentar para atender a demanda da população que se concentra nos centros urbanos, assim como pequenas marcenarias, serralherias, serrarias etc.

Também a atividade urbana vai consistir de serviços de apoio à produção agrícola, com a instalação de bancos, cooperativas, armazéns para o fornecimento de gêneros alimentícios em geral. Ao lado dessas atividades, vão concentrar-se os aparelhos da administração pública e os serviços urbanos ligados ao ensino, à saúde, assim como atividades culturais. Dessa forma, o comércio vai ser o nervo central da atividade urbana, variando sua diversidade conforme a importância que a cidade assume na região. Seu objetivo é dar suporte à população dos nascentes centros urbanos do interior, que surgem em função do avanço do café.



Assim, o café vai ser a base do desenvolvimento urbano tanto da cidade de São Paulo como do interior paulista. É ele que vai determinar suas características e diversidades. Botucatu é parte integrante desse processo.

## O desenvolvimento urbano botucatuense

A ocupação da região de Botucatu remonta ao século XVI, quando as terras botucatuenses eram cortadas pelo lendário caminho do Peabiru, uma primitiva via indígena de comunicação, que partia da capitania de São Vicente em direção ao sertão desconhecido. No entanto, apenas em 1766 surge a povoação de Botucatu, que passa a exercer o papel de "boca de sertão", servindo de parada e pouso para viajantes, assim como de ponto de abastecimento para expedições que penetravam pelo interior de Tibagi e de Iguatemi (Donato, 1954).

Assim permanece até o século XIX, mantendo-se como um pequeno e acanhado núcleo urbano, ponto de apoio para os criadores de gado da região. Seus moradores resumem-se a apenas algumas famílias.

Em 1866, Botucatu é elevada a comarca e em 1876, pela lei n. 18, de 20 de março, é elevada à categoria de cidade.

O progresso torna-se visível em todos os setores. Novas fazendas são abertas. Criam-se condições para que a terra se transforme numa mercadoria e sua abundância se torne relativa para os grandes capitais gerados nas antigas zonas cafeeiras. Esses são paulatinamente deslocados para essas novas zonas de expansão, onde o café já começa a ser cultivado. Ao mesmo tempo, é gerada a necessidade de implantação do sistema de trabalho livre, o que vem impulsionar o comércio, que cresce e se fortalece por meio da formação de uma economia monetária, não mais baseada exclusivamente na subsistência.

A cidade de Botucatu passa a polarizar as atividades urbanas da região, tomando-se um centro de abastecimento de bens de consumo. Surgem os primeiros bancos, depósitos, armazéns e casas comissárias, e o café começa a despontar como o produto da região, empolgando a atenção dos agricultores.

Em 1870, a população botucatuense já é expressiva. A constante chegada de novos moradores leva ao aumento da cidade. Muitos vêm dos sertões de Minas Gerais, outros do Rio e de São Paulo. Com esses fluxos migratórios, a população aumenta ainda mais. Muito contribui para isso o incentivo nacional à imigração, fazendo com que grande contingente de italianos, portugueses e sírios procurem Botucatu para se fixar.

O aumento populacional se reflete no comércio, que deixa de ser pequeno, tomando-se ativo e movimentado. As casas comerciais transformam-se num ponto de abastecimento para a cidade e para o sertão. Vendem de tudo, desde alfinetes até sacarias, perfumarias, armas e munições, bebidas, armarinhos, fazendas, calçados,

ferragens e gêneros de toda espécie, ativando as transações bancárias e as casas comissárias.

É também nesse período (década de 1870), que o complexo cafeeiro atinge definitivamente a região de Botucatu. É a partir de então que se consubstancia a expansão da área em questão, dentro do momento de ocupação de terras no Estado de São Paulo, incentivado pela expansão da lavoura cafeeira.

Esse fato dá um impulso maior às atividades urbanas, pois, em 1876, Botucatu já conta com 12 estabelecimentos de fazendas e armarinhos, 9 armazéns de molhados, 2 padarias, 3 farmácias, 3 hotéis, 3 alfaiatarias, 4 ferrarias, 1 ourivesaria e 2 selarias (Almeida, 1956, p. 17-8).

O café leva Botucatu a se integrar nos processos de expansão econômica da cafeicultura no Estado de São Paulo, ganhando efetivamente importância como destacado centro urbano.

Botucatu, na década de 1870, é descrita

como uma cidade ainda pequena, porém, já mostrando sinais de progresso. As ruas existentes, a do Sapó (hoje Rangel Pestana), a do Curruzu, a rua do Comércio, a Riachuelo (atualmente a rua Amando de Barros) e a Cesário Alvim. Na rua Áurea, raras são as casas, sendo acima circundadas por matas e capoeiras que cobrem os altos da cidade e as margens do Ribeirão Tanquinho. As ruas transversais não possuem casas, são grandes muros de taipa ou cercas, fechando os quintais, formando verdadeiras chácaras arborizadas e cultivadas. Os bairros Alto e da Boa Vista apresentam umas poucas casas. Não existe ainda o bairro da Estação e a Vila dos Lavradores. Estes só aparecem após 1889, com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana a Botucatu. O centro da cidade é o largo de Santa Cruz, mais tarde denominado Jorge Tibiriçá. O largo Santa Cruz, atualmente, é a praça João Pessoa, mais conhecida como Bosque. Em torno da Capela, poucas casas existem, formando um extenso vazio. Apenas situam-se a cadeia, a agência do correio, a câmara dos vereadores e algumas lojas. O largo é o centro das atividades comunitárias. Aí se realizam as partes profanas das grandes festas religiosas. É o local onde se armam botequins e barraquinhas de sorte, bancas de roleta e outros jogos, para atrair as multidões. É aí também o lugar dos sambas e batuques, cururus e fandangos, com sapateados, modas de viola, muita pinga e freqüentes desordens ... Na praça fronteira ao cinema Paratodos, que naquele tempo era o largo de São Benedito, mais tarde praça da Liberdade, hoje Coronel Moura, há uma velha igreja, que tem o nome do santinho dos pretos. Nela é que se realizam as eleições a pau, como se dizia nos velhos tempos, quando liberais, conservadores e republicanos se digladiavam em pleitos renhidos. (Almeida, 1956, p. 87)

Quanto às atividades culturais:

No Velho Botucatu dança-se um bocado. Os bailes são freqüentes e animados. Inicialmente, as reuniões dançantes se realizavam nas casas de família. Depois surgem os primeiros clubes, pois a sociedade já comporta uma agremiação, capaz de proporcionar diversões às numerosas famílias da terra e a visitantes ilustres. Os bailes familiares, comemorativos de aniversários e casamentos, ou com qualquer outro pretexto, são verdadeiros saraus lítero-musicais-dançantes. Ao som da Dalila, dedilhada ao piano, como fundo musical, mocinhas românticas e cavalheiros com ares de poetas declamam os poemas de Castro Alves, Casemiro de Abreu e Guerra Junqueiro. (Almeida, 1956, p. 89)

O espaço urbano de Botucatu surge de forma caótica, em conseqüência das diversas tentativas de sua organização. Porém, pouco a pouco, surgem planos visando à organização do mesmo. Esses procuram, acima de tudo, adequar formas de embelezamento e elegância ao novo povoado que se cria.

Diante disso, é interessante destacar um conjunto de resoluções estabelecidas para disciplinar a vida dos moradores da recém-criada comarca de Botucatu. Essas encontram-se hoje arquivadas na Câmara Municipal de Botucatu. Elas são levadas ao conhecimento de todos os habitantes da povoação, através de publicação pela Secretaria do Governo de São Paulo, em 19 de julho de 1867, aprovada pela Assembléia Legislativa Provincial sob proposta da Câmara Municipal da vila de Botucatu. Consta de uma série de artigos (119 ao todo), cada qual especificando normas sobre: arruamentos, agricultura, comércio, tranqüilidade, moralidade pública e trânsito público.

Sob o título "Arruamento, Nivelamento e Elegância da ordem dos Edifícios", estão inúmeras disposições que orientam a organização do espaço urbano de Botucatu. Entre elas, estabelece-se que: "as ruas e travessas das povoações deste município terão 60 palmos de largura, e os quarteirões, 40 braças" (Artigo 1º).

"O alinhamento das ruas e travessas será tirado a quadro da rua principal, ou do melhor edifício, que nella se achar" (Artigo 2º).

Quanto às casas, estas "não poderão ser levantadas de menos de 18 palmos de parte superior da soleira à inferior da linha do telhado, sob multa de 10\$000 rs., ficando obrigado os contraventores a demolir, ou por as mesmas em regras no prazo que lhes for marcado" (Artigo 6º).

Estabelece-se também que "as portas das casas, nas frentes terão 12 palmos de altura e 5 de largura, contados da parte interior dos batentes, e das janelas 7 palmos e meio de altura e 4 e meio de largura, da mesma" (Artigo 1º).

Todos os proprietários devem contribuir com o embelezamento das ruas: "em todas as ruas e travessas das povoações, os proprietários, ou inquilinos, as expensas daquelles, mandarão carpir suas frentes até o meio da rua, e nos largos as testadas e outro tanto, ficando o resto e cargo da câmara. Aos remissos impor-se-á a multa de 1\$000 rs., para cada frente" (Artigo 9º).

Determina também que

todos os proprietários de terrenos nas povoações deste município, serão obrigados a fechá-los com taipas ou muros de mão, dentro de prazo marcado em edital pela câmara, que nunca será menor de um mez, e não o fazendo sofrerão a multa de 30\$000 rs., e obrigados a fazer o fecho, e duplicando-se a multa caso não o façam em novo prazo marcado pela câmara" (Artigo 14º).

Quanto à conservação das ruas e praças:

é proibido a conservação de madeiras, entulhos, nas ruas e praças, salvo quanto estiver algum edificio em obra, e neste caso, além do livre transito de 10 palmos, nas noutes escuras deverão os proprietários conservar até às 10 horas uma luz. Os contraventores serão multados em 5\$000 rs., ficando na obrigação de franquear o livre transito, e supprir a falta (Artigo 16º).

Visando manter ordem na povoação, "todo aquelle que andar montado em animaes bravos dentro da povoação, será multado em 3\$000 rs., ficando na obrigação de retirar-se immediatamente sob pena de um dia de prisão" (Artigo 19º).

No que se refere à agricultura e ao comércio, várias são as proibições, todas elas dispondo sobre a forma como devem ser realizadas as transações comerciais. Essas são, portanto, normatizadas a fim de criar um clima de ordem e organização para que a economia mercantil se instale na recém criada povoação. Dessa forma, a cidade é tida neste momento como um centro comercial. Portanto, todas as condições devem ser criadas para que o centro urbano desempenhe de forma funcional o seu papel.

Dispõe-se entre outras coisas sobre a matança de bois e o comércio de carnes verdes; sobre a fiscalização das casas comerciais; sobre o comércio de alimentos em geral, sobre a existência de atravessadores e sua consequente proibição. Também alude-se ao problema dos pesos e medidas, pois "todo aquelle que vender com pesos e medidas falsificados será multado em 10\$000 rs. e obrigado a afferi-los no prazo marcado, sob pena de dous dias de prisão" (Artigo 45º).

As mesmo tempo, normatiza-se o trânsito de escravos no comércio, não permitindo que "nenhum dono ou caixeiro de casas de negócio, consentirá que os escravos nellas se demorem por mais tempo que o necessário para fazerem suas compras; os infratores serão multados em 2\$000 rs." (Artigo 40º). E "toda pessoa que comprar objectos de valor a escravos, sem que estes lhe apresentem licença por escripto de seus senhores para vende-los, será multado em 20\$000 rs., além de serem obrigados a restituir o objecto comprado a quem o reclamar" (Artigo 44º).

Estabelece-se também que "as casas de negócio de fazendas, seccos e molhados, pagarão cada uma annualmente, o imposto de 10\$000 rs., pagando os mesmos impostos separadamente, quando uma só casa venda diversos gêneros, sendo nas freguesias 8\$000 rs. e nas estradas 6\$000 rs." (Artigo 58º).

A mesma norma deve ser observada no caso "de qualquer mascate dos gêneros referidos no art. antecedente (58º) que trazer na freguezia, 16\$000 rs. e nas estradas 12\$000 rs." (Artigo 59º).

Preferência para a realização do comércio: "negociantes de gêneros da terra de dentro da povoação, pagarão annualmente o imposto de 5\$000 rs., precedendo licença do fiscal, e pagamento dos demais direitos, e sendo os negociantes de fora, pagarão o duplo" (Artigo 60º).

Essa observação é interessante e deve ser ressaltada, pois mostra o nítido privilégio dado aos comerciantes locais. Ela age como uma proteção aos comerciantes da povoação, em detrimento dos "de fora". Isso vem nos mostrar a existência da competição. E se a preocupação em regularizá-la existe é porque a competição se acha, no momento, já bastante desenvolvida, assim como o comércio local.

Os demais ramos do comércio, como por exemplo os joalheiros, os retratistas, as casas de ferreiros, alfaiates, sapateiros, marceneiros estão incluídos na cobrança de impostos.

Quanto à tranqüilidade e moralidade pública da povoação, estas devem ser mantidas a todo custo, sendo os contraventores punidos com pesadas multas:

" O toque de recolhida será dado às nove horas em noute de verão, e às oito em as de inverno, e todo escravo que depois dele for encontrado na rua sem autorização escrita de seu senhor, ou quem duas vezes fizer, será preso" (Artigo 75<sup>o</sup>).

"São armas de defesa, as facas de ponta, punhal, espadas, estoques, sovêlas e canivetes, exceptuando-se os de aparar pennas, armas de fogo e outras quaisquer perfurantes e cortantes" (Artigo 79<sup>o</sup>).

"Todo aquelle que riscar ou danificar por qualquer forma, os muros e paredes dos prédios, além de ser obrigados a repô-los no estado anterior, será multado em 10\$000 rs., e escrevendo ou pintando coisas endecentes, além da multa e obrigação, soffrerá quatro dias de prisão" (Artigo 83<sup>o</sup>).

"Todo aquelle que perturbar o socego público nas horas de silêncio, com assoadas, vozerios, ou qualquer outro barulho, que incommode o socego público, será multado em 10\$000 rs." (Artigo 84<sup>o</sup>).

Diante dessas colocações, podemos afirmar que o espaço urbano da nova povoação é o lugar onde se dão as relações sociais e as relações materiais consubstanciadas no comércio. Essas relações vão dar ao urbano uma forma, uma função, ao mesmo tempo em que conferir-lhe-ão uma significação social.

O que caracteriza a cidade é o papel que ela desempenha como sendo o lugar onde se realizam as transações comerciais, ou seja, o lugar do mercado.

Desse modo, a cidade torna-se o espaço essencial ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nela, encontra-se, de um lado, o contingente de mão-de-obra livre e disponível, isto é,

indivíduos formalmente não sujeitos à terra ou a qualquer senhor e, de fato, expropriados de quaisquer meios próprios de produção, ou seja, pessoas que devem ocorrer ao mercado para barganhar sua força de trabalho por meios de subsistência que lhes são assegurados pelo salário. Noutros termos: trabalhadores na cidade. Quanto aos proprietários dos meios de produção, também eles se classificam socialmente por sua posição nas relações de produção: encontram-se na cidade, livres das peias da sujeição pessoal a qualquer senhor (embora passem a pagar impostos aos senhores políticos da cidade onde se localiza o mercado), e têm, para classificá-los socialmente como burgueses, apenas a riqueza que foram capazes de acumular. Sua posição de privilégio deriva da capacidade de disposição sobre o capital (ou seja, sobre os meios de produção e a mão-de-obra) e não dos laços de sangue ou parentesco. (Cardoso, 1975, p. 136)

Essas subdivisões são claramente perceptíveis nas resoluções adotadas para a organização da vida econômica da nova povoação, assim como para a organização do cotidiano das pessoas que nela passam a viver.

Além de ser o lugar da realização das atividades econômicas, a cidade também se define como o lugar das decisões econômicas, ou seja, a expressão da dominação econômica e política. Ao mesmo tempo, a cidade passa a sediar o processo de acumulação que se inicia, via cafeicultura.

## O café na história de Botucatu

O café começa a ser cultivado no município de Botucatu por volta de 1845, quando sua cultura se acha em pleno apogeu no vale do Paraíba, no Estado de São Paulo. É cultivado juntamente com outros produtos como agricultura de subsistência, por pequenos proprietários e lavradores, em sua grande maioria em terras devolutas ou em porções de terra cedidas pelos grandes proprietários.

Em 1862, "a Câmara Municipal de Botucatu, em relatório ao presidente da Província de São Paulo, notificava que a plantação de café já começava a ganhar algum entusiasmo na região, porque toda a costa da serra estava completamente livre de geadas e era também de boa qualidade" (Masako, 1979, p. 23-4).

Porém, o aumento significativo da produção cafeeira só ocorre na década de 1870, em resposta às necessidades de aumento da produção nacional desse produto, pois é o momento em que o café brasileiro começa a ganhar expressão no mercado mundial, alcançando "a produção de cinco milhões de sacas, tomando tal produto o centro motor do desenvolvimento do capitalismo no país" (Silva, 1980, p. 49).

A intensificação da produção de café em Botucatu atrai fluxos de imigrantes em busca de terras roxas, gerando profundas mudanças estruturais na região.

Com a expansão cafeeira, modificaram-se as condições de trabalho dos pequenos lavradores, cuja opção era ou vender a única força disponível, seu trabalho, ou reproduzir-se em outras áreas em uma agricultura de subsistência, embora as dificuldades de acessos fossem imensas, inclusive pela própria precariedade do sistema viário, na época. Por outro lado, as possibilidades desses pequenos proprietários eram bastante escassas, pelo grande investimento na fase inicial da implantação de uma cultura extensiva como o café, restando-lhes, portanto, vender suas terras ou se incorporarem à expansão, ainda que subordinados ao grande capital (Matos, 1958, p. 24).

As terras que inicialmente haviam sido conquistadas por aventureiros passam a ser vendidas, somando-se a esse fato a abundância da mesma, funcionando como atrativo para novos imigrantes. Assim sendo, "a terra se constituía, na verdade, em um livre conduto à expansão cafeeira, tanto no que diz respeito à sua disponibilidade quantitativa, quanto ao seu principal aspecto, que é o das condições de clima, fertilidade do solo e topografia" (Cano, 1977, p. 31).

Portanto, grandes extensões de terra passam a ser ocupadas pela lavoura extensiva de café. Predomina, como nas demais regiões cafeeiras, a grande propriedade baseada no trabalho escravo, além dos agregados e arrendatários.

A grande propriedade surge em Botucatu, calcada simultaneamente na mão-de-obra escrava e na mão-de-obra livre assalariada. A princípio, a escravatura é a fonte de braços para a lavoura cafeeira. Mas, como "frente pioneira", a demanda de mão-de-obra recai em sua grande maioria sobre o imigrante como trabalhador livre para o capital, mais do que sobre o escravo.

Apesar de essa não ser uma região essencialmente escravista, não podemos de modo algum menosprezar o papel desempenhado pelo escravo. Marcas profundas não

ficam registradas na região, pois, quando o café ganha desenvolvimento em Botucatu, o país está passando pelo processo da abolição gradativa (Lei do Ventre Livre, 1871, e Lei do Sexagenário, 1885), porém, referências sobre dados populacionais da década de 1870 registram uma população de 16.974 habitantes no município, cerca de 1.354 escravos dedicados ao trabalho forçado na lavoura cafeeira (Masako, 1979).

A publicação *Almanaque da Província de São Paulo*, de 1874, fala sobre a grande fertilidade das terras botucatuenses, mostrando que esse fator serve ainda mais para estimular o fluxo de imigrantes para a região, e que os mesmos ali fixam residência, contribuindo sobremaneira para o rápido desenvolvimento da vila de Botucatu.

A introdução do elemento livre leva a modificações nas relações de trabalho. O escravo é uma mercadoria, porém, cabe ao seu proprietário sua inteira reprodução, chegando, num determinado momento do processo de acumulação, a se transformar numa mercadoria muito dispendiosa. Já com a adoção do sistema de colonato, o processo de acumulação de capital ganha um impulso, pois cabe ao colono todo o custo de sua reprodução e de suas famílias. Estes passam nas horas livres a produzir o necessário à sua subsistência, não em terras próprias, mas em porções de terra cedidas pelos grandes proprietários.

Com a introdução da mão-de-obra livre estrangeira, vemos consolidar-se na região de Botucatu o sistema de trabalho assalariado. Assim, Botucatu, atuando como "frente pioneira", atrai para si grandes levas de imigrantes estrangeiros e nacionais, formando um fluxo contínuo que vai suprir a área da mão-de-obra necessária para a expansão cafeeira. Os imigrantes arregimentados sob o regime de colonato suprem a deficiência de braços para a lavoura.

"Todas as fazendas prosperaram muito e, com o braço livre do imigrante, principalmente dos italianos, excelentes trabalhadores, o município se tornou grande produtor de café" (Almeida, 1956, p. 34).

O sistema de colonato instituído envolve, como nas demais regiões cafeeiras, uma relação de trabalho familiar. O contrato é feito com a família, que passa a participar das atividades de todos os setores da produção. O mesmo fundamenta-se em uma elevada exploração da mão-de-obra familiar, contribuindo com o processo de acumulação de capital que se inicia na região, em virtude da reprodução dos trabalhadores ficar a cargo da própria unidade familiar. Esse fato nos leva também a explicar o desenvolvimento de outras culturas (fumo, milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar), que se desenvolvem paralelas à lavoura cafeeira, visando à própria subsistência dos colonos, que vendem no mercado o excedente da sua produção.

Como a propriedade da terra é vedada ao imigrante nacional ou estrangeiro desprovido de capital, estes passam a vender sua força de trabalho em troca de um salário mensal.

Os pequenos proprietários já fixados na região são obrigados a vender suas propriedades ao grande produtor de café, incorporando-se, como mão-de-obra assalariada, ao avanço do café.

A expansão do complexo cafeeiro impulsiona o desenvolvimento das atividades urbanas. Botucatu torna-se centro distribuidor de bens de consumo aos imigrantes. Muitos deles fixam-se na zona urbana, dedicando-se a atividades comerciais e artesanais, vindo mais tarde a se constituir em importantes elementos para o desenvolvimento econômico de Botucatu.

Cabe ressaltar também que a criação de condições de infra-estrutura em nível estadual, como por exemplo a melhoria do sistema viário - construção de ferrovias e portos. A imigração subvencionada pelo Estado, a própria política monetária, a elevação do preço do café a partir de 1886, a reforma bancária, dando aos bancos o direito de emissão do papel moeda, vindo facilitar o financiamento de créditos aos fazendeiros, e outras mudanças ocorridas nesse período possibilitam o extraordinário surto econômico ocorrido no Estado de São Paulo e também na região estudada.

Dada a elevação da produção de café em Botucatu, o problema de escoamento é solucionado com a implantação, em 1869, de uma estrutura viária composta pela Companhia União Ituana e Sorocabana.

A chegada do primeiro trem regular a Botucatu foi causa de um tumulto espetacular. De fato, o acontecimento era o maior até então obtido pela cidade. Maior mesmo do que a elevação da cidade. Representava a consolidação da ligação com as cidades de baixo e a capital, e o ponto de partida para o Oeste. (Donato, 1954, p. 180)

Portanto, Botucatu chega ao século XX ganhando grande expressão como centro urbano da média sorocabana. As atividades agrícolas polarizam a atenção de seus moradores, porém o município não vai deixar de sentir o impacto das crises que assolam a agricultura cafeeira. Sofre as conseqüências das flutuações da produção nacional, com retrações e aumento de plantio, provocadas sobretudo pelas crises do mercado consumidor externo.

A partir de 1897, a região sofre as conseqüências da queda dos preços internos e externos do café, o que provoca uma crise que se alonga até por volta de 1910-11. Quanto às crises do setor cafeeiro,

o período compreendido entre 1898 a 1910 foi marcado pelo decréscimo das plantações, tendo em vista não apenas os preços baixos, mas principalmente os efeitos decorrentes da política deflacionista que se inicia com o governo de Campos Salles (1898-1902) e que continuaria no governo de Rodrigues Alves (1902-1906). Também a instituição, por quinquênio, de um impacto de dois contos de réis sobre cada novo alqueire plantado com café, a partir de 1902, prorrogado por mais cinco anos, e também as restrições impostas pelo Convênio de Taubaté, em 1906, tornavam praticamente proibitivo qualquer novo plantio. (Cano, 1977, p. 43).

Essas crises da cafeicultura levam, na região estudada, ao desenvolvimento de outras atividades, sobretudo a pecuária.

Esta foi possível pela própria constituição do solo botucatuense, 1/4 de terras Roxas e 3/4 de arenosas ou misturadas, solos de 2ª e 3ª categorias. Em sendo a cultura cafeeira muito exigente com relação à qualidade do solo, em Botucatu, na medida em que as áreas de matas virgens já



tinham sido extensamente utilizadas, após alguns anos, o solo encontrava-se esgotado, apresentando menor produtividade física. Por outro lado, a produção cafeeira exigia um período de espera de 4 a 5 anos, com grandes investimentos de capital, não só na fase de implantação da cultura, como também em todo o seu processo de beneficiamento, comercialização e transporte. (Masako, 1979, p. 36)

O reflexo dessa situação em Botucatu provoca a hipoteca de inúmeras propriedades a bancos e casas comissárias. Essas propriedades, inclusive, são vendidas a outro proprietários ou aos próprios colonos imigrantes. Muitas passam também a ser exploradas por meio do sistema de parceria ou arrendamento.

A crise da cafeicultura do início do século atinge os grandes proprietários da região de Botucatu. Muitos, dispendo de tecnologia para o beneficiamento do café, recorrem como meio de subsistência, nessa fase crítica da cafeicultura, à sublocação de suas máquinas, mediante o pagamento de taxas estipuladas, aos proprietários que ainda não dispõem de recursos para processar o beneficiamento de sua produção.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito também à escassez da mão-de-obra no município de Botucatu, e conseqüentemente o seu alto custo, decorrente dos saldos negativos do crescimento populacional entre os anos de 1886 a 1920, fato diretamente relacionado com as crises da cafeicultura.

Na região de Botucatu, a situação de crise da cafeicultura leva também ao deslocamento de população para outras áreas intermunicipais, onde se dá no momento a abertura de novas frentes pioneiras de avanço do café - a região noroeste -, assim como o deslocamento de população para a área urbana.

Desse modo, Botucatu sofre nesse período um intenso processo de expansão das suas atividades urbanas. O centro urbano torna-se o pólo irradiador das atividades comerciais, industriais, administrativas e educacionais da região.

A expansão urbana, a diversificação agrícola e a intensificação agrícola e da pecuária, neste período, possibilitaram a Botucatu expandir-se como importante centro de abastecimento e comércio, além de ser centro cultural das áreas circunvizinhas. Além do mais, tornou-se centro irradiador de produtos industrializados provenientes de São Paulo ou Sorocaba, função esta que vinha sendo desenvolvida desde o século passado, privilegiado pelo fato de ser o ponto de ocupação mais desenvolvido da Sorocabana e de ser entroncamento ferroviário entre a Noroeste e a Sorocabana, até a década de 1930. Em 1911, o município de Botucatu contava com 16 unidades no setor de comércio de mercadorias, entre armazéns de secos e molhados, açougues, lojas de fazendas, de calçados e representantes de casas comissárias. As unidades fabris desenvolvidas em forma de artesanato também eram expressivas, contando com 86 unidades entre fábricas e 47 oficinas. Possuía ainda sete máquinas de beneficiamento de café, 5 olarias, 1 curtume. Nesse setor, apenas 5 unidades eram movidas a vapor (máquina de beneficiar arroz, fábrica de carroças e fábrica de macarrão) e uma a força hidráulica (oficina de ferreiro e serralheria), embora a energia elétrica tivesse sido instalada em 1908. Todas essas unidades fabris, com exceção da fábrica de macarrão, pertenciam a imigrantes italianos (Milanese, Blasi, Bacchi). (Masako, 1979, p. 46-7)

Na década de 20, Botucatu é vista

como uma próspera cidade de aproximadamente 9.000 habitantes. Novos bairros surgiram em decorrência do aumento populacional, tornando a cidade mais espalhada morro acima. O comércio já contava com 289 casas, sendo que a grande maioria localizava-se na rua Amando de Barros. Várias eram as indústrias. O café era mais do que nunca o grande produto. Ocupavam-se com ele 656 propriedades, não contadas aquelas de atividade mista ou que dispunham de menos de dois mil pés. Para beneficiar parte desse café, funcionavam na cidade 3 máquinas. Duas fazendas cultivavam preferencialmente a cana para produção de derivados, enquanto 45 outras cuidavam em especial da criação e engorda de gado vacum e suíno. A parte recreativa ficava a cargo dos dois cinemas, O Pavilhão Ideal e o Casino, e um teatro, Santa Cruz. Além dessas casas, existiam funcionando regularmente 9 associações esportivas, 3 recreativas e 2 clubes de colônias estrangeiras, a italiana e a portuguesa. Três eram os estabelecimentos bancários: O Banco de Crédito Popular de Botucatu, o Banco Comercial do Estado de São Paulo e o Banco Francês e Italiano para a América do Sul. (Donato, 1954, p. 211)

O café continua a exercer o papel de suporte econômico do município de Botucatu, até a crise de 1929. Com ele, as atividades urbanas desenvolvem-se intensamente, fornecendo produtos industrializados à crescente população rural, e também pelo fato de ser Botucatu o centro de abastecimento da legião.

"O período pós-30 marca o início da decadência econômica do município e o intenso processo de evasão populacional que se verifica em direção às zonas de maior dinamismo, tais como Sorocaba e São Paulo, centros polarizados da indústria nascente" (Masako, 1979, p. 57).

Em meados da década de 30, o número de cafeeiros começa a declinar, sofrendo uma queda violenta na década de 40. Botucatu transforma-se. Assume características de cidade estagnada, com uma população constituída em sua maioria por velhos, aposentados e funcionários públicos, com inúmeras pequenas lojas comerciais que revelam uma grande precariedade nos bens oferecidos à população.

A fase de apogeu do café e da cidade passa a ser coisa do passado, restando do café reminiscências na memória dos que viveram nessa fase. O esplendor do apogeu econômico só fica registrado pela imponência das construções, sobretudo das casas dos "barões do café". Também se nota o apogeu atingido pela cidade pelo conjunto de prédios erigidos durante o apogeu "do ouro verde", construções onde se instalam o Bispado, a Escola Normal, a Agência de Correios e Telégrafos. Quanto ao resto, imperam na maior parte da cidade casas antigas e simples, na sua maioria, construídas de madeira. Nada representam e em nada refletem o apogeu vivido pela cidade de Botucatu na fase áurea de desenvolvimento do café (Masako, 1979, p. 60).

As atividades econômicas no campo passam a ser as da pequena lavoura de subsistência, aliada à pecuária.

Assim permanece Botucatu por cerca de aproximadamente quatro décadas, vindo apenas na década de 1970 a começar novamente a sofrer um novo surto de desenvolvimento, quando da instalação de algumas indústrias, ligadas ao setor de confecções e madeira, e também de algumas relacionadas ao setor de montagem, o que modifica radicalmente o perfil do desenvolvimento econômico de Botucatu.

Disso se conclui que, para Botucatu, o café é a base de seu desenvolvimento urbano e industrial. O capital cafeeiro é o responsável pelos melhoramentos urbanos, entre eles a introdução da energia em 1908, a expansão dos trilhos da estrada de ferro em 1889, o desenvolvimento e expansão dos bancos, a ampliação das atividades comerciais e industriais, as linhas telefônicas, o correio e o telégrafo que chegam à cidade antes mesmo dos trilhos da estrada de ferro. Até mesmo a paisagem e a arquitetura se submetem, conforme já comentado, ao avanço do capital cafeeiro, havendo inclusive uma grande influência não só sobre os aspectos econômicos, mas também sobre os aspectos sociopolíticos e culturais.

## Conclusão

À guisa de conclusão, podemos destacar os seguintes aspectos:

- O período 1860 a 1930, proposto para análise por este texto, marca o nascimento e a consolidação do capital industrial, graças ao desenvolvimento da economia cafeeira. Esta é, por sua vez, a responsável direta pelo desenvolvimento de toda uma infra-estrutura urbana que serve de suporte ao desenvolvimento industrial, tanto em São Paulo como em Botucatu.
- O urbano já existe no Brasil, antes do processo de industrialização. O que a indústria faz é apenas redefini-lo e adequá-lo ao seu pleno desenvolvimento, transformando-o em sede do aparelho produtivo e burocrático do Estado.
- No século XX, São Paulo, a "metrópole do café", transforma-se na "metrópole industrial", o que nos leva a constatar que a indústria influi de forma direta sobre a expansão da área da cidade, sobre o aumento da população e sobre a própria paisagem urbana.
- Quanto a Botucatu, os passos seguidos pela ocupação das terras, onde posteriormente se dá a formação da cidade, refletem a forma seguida pela apropriação da terra no interior do Estado de São Paulo. É uma apropriação fundada na expansão capitalista, onde a terra transforma-se num instrumento de apropriação da mais-valia. Submete-se à dominação do capital, ganhando a forma de uma mercadoria e o conseqüente valor comercial.
- Seguindo essa trajetória de valorização, podemos afirmar que a cidade de Botucatu nasce na linha de penetração para o sertão, fixa-se com as atividades de pastório, mas só se desenvolve realmente com o avanço do café.

GARCIA, L. B. dos R. The urbanization of São Paulo and Botucatu: some considerations. *Perspectivas*, São Paulo, v. 16, p. 145-164, 1993.

- **ABSTRACT:** *This paper studies the development of the coffee agriculture during 1890 to 1930 and the influence of this development in the urbanization of the cities of São Paulo and Botucatu.*
- **KEYWORDS:** *Coffee agriculture; industrialization; Urbanization.*

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA S. P. *No velho Botucatu*. Botucatu: Edição Comemorativa do 1º Centenário da Terra dos Bons Ares (1855-1955), 1956.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.
- CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- DONATO, H. *Achegas para a história de Botucatu*. Botucatu: S.n., 1954.
- FARIA, W. *O progresso de urbanização no Brasil: Algumas notas para seu debate e interpretação*. (Mimeogr.)
- MASAKO, I. *Mudanças nas relações de produção e migração: O caso de Botucatu e São Manoel*. São Paulo, 1979. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.
- MATOS, O. N. de. São Paulo no século XIX. In: AZEVEDO, A., de. *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo: Ed. Nacional, 1958. v. 2.
- MORSE, R. M. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- NEGRI, B. et al. O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). In: SEP/SEADE - FECAMP/UNICAMP. *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*. São Paulo: SEADE, 1988. v. 1, n. 1. (Coleção Economia Paulista)
- OLIVEIRA, F. de. O Estado e o urbano no Brasil. *Espaço e Debates*, v. 2, n. 6, 1982.
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.